

LINGUÍSTICA DA ENUNCIÇÃO – UMA ENTREVISTA COM MARLENE TEIXEIRA E VALDIR FLORES

Marlene Teixeira

Universidade do Vale dos Sinos

Valdir Flores

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

ReVEL – Quais foram os trabalhos fundadores da Linguística da Enunciação? Podemos encontrar, entre os pioneiros, os trabalhos de Saussure e Émile Benveniste?

Teixeira & Flores - Nós poderíamos dividir essa resposta em dois momentos: há os fundadores *lato sensu* e os fundadores *stricto sensu*.

Podemos chamar de fundadores *lato sensu* os estudos não necessariamente voltados a uma abordagem linguística: a Retórica clássica, a Gramática Tradicional e a Lógica.

Por exemplo, há, na retórica de Aristóteles, princípios que consideram o que facilmente chamaríamos, hoje em dia, de situação de enunciação na medida em que a elocução, as provas e a disposição assentam-se sobre a distinção daquele que fala, do assunto sobre o qual se fala e daquele a quem se fala. Ou seja, assentam-se sobre o eu/tu/ele. Na Gramática Tradicional, por sua vez, encontramos uma série de estudos voltados a mecanismos linguísticos que têm grande destaque nas teorias enunciativas: as modalidades, a dêixis, as figuras de linguagem, entre outros. Na Lógica, há também estudos precursores em especial aqueles que problematizam a diferença entre sentido e referência. No entanto, não podemos esquecer que os postulados da lógica clássica são verdadeiramente anti-enunciativos, devido principalmente ao privilégio do cálculo das expressões em termos de valores de

verdade, da atenção dada à denotação das expressões, do tratamento da função referencial, da independência entre sintaxe, semântica e pragmática, entre outros postulados.

Em resumo e para que fique bem entendido: não estamos querendo dizer que a Retórica, a Gramática Tradicional e a Lógica são estudos enunciativos. Estamos apenas localizando nesses campos as raízes das preocupações que viriam, mais tarde, ocupar os linguistas da enunciação.

Quanto aos fundadores *stricto sensu*, sim, Saussure é um fundador. Mas sua posição ainda é, poderíamos dizer, externa ao campo. Em outras palavras, é verdade que todos os autores da enunciação se reportam à famosa dicotomia *langue/parole*, à noção de sistema e à de valor. É também verdade que esses conceitos/noções foram reinterpretados, modificados e mesmo alargados no quadro das teorias enunciativas. Mas não podemos dizer que Saussure fazia linguística enunciativa. Isso seria um exagero.

No campo da linguística, além de Saussure, há outros autores que estão na origem de uma abordagem enunciativa da linguagem, embora não possam ser identificados como linguistas da enunciação. Há, por exemplo, Michel Bréal que mostra que novos valores sintáticos surgem do emprego das formas. Em *Ensaio de semântica* (1897/1992), o autor propõe-se a detalhar as leis da linguagem, os mecanismos de construção de sentido das palavras, além dos problemas da relação entre a sintaxe e a semântica. Destaca-se, no livro, o capítulo XXV, *O elemento subjetivo*, em que Bréal define o que entende por parte subjetiva da linguagem – “a parte mais antiga” como ele diz – a qual pode ser representada por palavras, membros de frase, formas gramaticais e pelo plano geral das línguas.

Quanto a Émile Benveniste, sua posição é realmente central nos estudos enunciativos. No entanto, isso também merece ser analisado com cuidado.

O pioneirismo de Benveniste, se assim se quiser dizer, não se deve a uma anterioridade temporal de desenvolvimento das pesquisas enunciativas. Esse lugar seria mais adequado a Charles Bally que, bem antes de Benveniste, já havia tratado

dos temas relacionados à enunciação. Em 1932, por exemplo, Bally publica *Linguistique générale et linguistique française*, que traz, entre os parágrafos 26 e 212, o capítulo intitulado “Teoria geral da enunciação”.

Não se pode deixar de mencionar os pensadores russos M. Bakhtin e V. N. Voloshinov, que desenvolvem uma teoria da linguagem que antecipa questões que, algumas décadas depois, viriam a ser problematizadas por Benveniste. Além de darem lugar à intersubjetividade nos estudos da linguagem, concebendo a enunciação como atividade intrinsecamente dialógica, em que o reconhecimento de si se dá pelo reconhecimento do outro, esses pensadores consideram que o repetível e o irrepetível – que recebem diferentes designações no conjunto de sua obra (significação/tema; oração/enunciado; relações lógicas/relações dialógicas) - articulam-se no processo de constituição do sentido.

O pioneirismo de Benveniste, então, diz respeito mais à generalidade do que ele propõe: sua reflexão sobre a enunciação é inspiradora porque ela é gestada a partir de um profundo diálogo com outras áreas (antropologia, psicanálise, sociologia e filosofia, principalmente) e em direção a perspectivas linguísticas ainda não vislumbradas. Sobre esse último ponto o trabalho de Benveniste é contundente: ele produz um retorno da linguística ao estudo da língua viva, do discurso, no exato momento – fim da década de 40, início da de 50 – em que a herança saussuriana se limita aos estudos estruturalistas da *langue*. É Benveniste quem produz um retorno – alguns inclusive diriam que é uma primeira abordagem e não um retorno – da linguística ao estudo da *língua* que *serve para viver*, como ele mesmo diria.

No entanto, o reconhecimento desse lugar fundador de Benveniste é tardio, mesmo na França. Claudine Normand, em um texto publicado na *Langages* de número 77, fala da recepção das idéias de Benveniste na França. Ela compara as anotações feitas por ocasião do curso do filósofo Paul Ricoeur com as feitas durante o curso do linguista Jean Dubois, ambos na Universidade de Nanterre, e mostra que Benveniste era muito mais estudado no curso do filósofo do que no curso do lingüista. Nessa mesma revista, na apresentação, Claudine Normand mostra que na França dos anos 60 não é a Benveniste que se referiam os autores quando falavam de enunciação, mas a Roman Jakobson, especialmente em função do texto em que ele elabora a noção de

shifters, o que é, no mínimo, interessante, uma vez que Jakobson, em nota, no texto sobre os *shifters*, diz se inspirar no trabalho sobre os pronomes de Benveniste.

O que já se deve ter percebido é que traçar um panorama histórico da Linguística da Enunciação não é fácil. Nós gostaríamos, ainda, de aproveitar a pergunta e chamar a atenção para um outro ponto que, inclusive, foi objeto de grande discussão entre nós por ocasião da elaboração do *Dicionário de lingüística da enunciação*: a especificidade de formulação da teoria enunciativa de cada autor. Vejamos.

Há autores do campo da enunciação que, mesmo sem explicitar uma metodologia de análise enunciativa, refletiram sobre os fenômenos da enunciação. A teoria que esses autores fazem é, em boa parte, derivada da leitura, *a posteriori*, do conjunto de seus escritos e não do estabelecimento explícito de uma metodologia. Este é o caso, de Émile Benveniste e Mikhail Bakhtin, por exemplo. São autores que podem ser chamados, de certa forma, de fundadores *stricto sensu* do campo. Há, por outro lado, autores cujas propostas de análise enunciativa são explicitamente elaboradas. São exemplos disso: Oswald Ducrot, Jacqueline Authier-Revuz e Antoine Culioli.

Além disso, não podemos esquecer que muitos autores pertencentes à Linguística da Enunciação desenvolveram um pensamento que ultrapassa o campo da enunciação e que não poderiam ter seu pensamento reduzido à temática enunciativa. Exemplos disso não faltam: além dos próprios Benveniste e Bakhtin, há Jakobson, Greimas, entre outros.

ReVEL – Na proposição de uma “linguística da enunciação” (no singular), poderíamos dizer que vocês a sustentam com as “teorias da enunciação” (no plural), ao encontrar fundamentos comuns entre as diferentes teorias. Pensando que hoje em dia a palavra “enunciação” tem sofrido uma vulgarização, muitas vezes, mesmo no meio científico, o que está mais fundamentalmente na base epistemológica de uma teoria ou de um estudo que se quer “enunciativo”?

Teixeira & Flores – Há três pontos importantes nessa pergunta: a) a relação entre Teorias da Enunciação e Linguística da Enunciação; b) a vulgarização da palavra “enunciação”; c) as bases epistemológicas de uma teoria enunciativa. Para respondê-la, é necessário fazer um “desvio” grande.

Em primeiro lugar, é preciso chamar a atenção para a forma como os estudos enunciativos se instauraram no cenário da linguística brasileira.

Entre nós, as referências ao campo enunciativo datam, aproximadamente, do início da década de 80 do século XX e são feitas de uma maneira que podemos chamar de “indireta”. Ou seja, os linguistas brasileiros não recorreram diretamente aos estudos da enunciação – e Benveniste era, a esse tempo, quase que a única lembrança – para, com eles, fundamentar algum estudo do Português. Ao contrário disso: a reflexão enunciativa apareceu nos artigos e livros dessa época de maneira secundada, em textos de outras perspectivas teóricas e nos quais foi objeto de críticas.

Assim, são comuns, nos anos oitenta, textos de Análise do Discurso (AD), por exemplo, que se dedicam a fazer uma severa crítica aos trabalhos benvenistianos. Encontramos, nesses textos, uma leitura muito particular de Benveniste. A principal crítica feita era de que havia em Benveniste uma visão supostamente egocêntrica, idealista, de sujeito cuja característica principal é ser a fonte e a origem dos sentidos da língua.

Ora, a Análise do Discurso, como se sabe, é um campo fortemente ancorado numa visão marxista das relações sociais e, evidentemente, sob essa perspectiva todos os estudos da linguagem – não apenas os enunciativos – poderiam ser vistos como

idealistas, afinal, supor uma implicação entre a linguagem e as relações de classe é algo que apenas a AD faz. Isso não é extensível a outra área dos estudos lingüísticos. Aos olhos da AD, toda a linguística contemporânea é idealista.

Além da AD, outras disciplinas – de maneira menos crítica, é verdade – fizeram referência, a essa época, à enunciação: a Linguística do Texto, os estudos da Conversação, as Pragmáticas, entre outras. Exemplos disso não faltam, na linguística brasileira. Na Linguística do texto, é comum a referência aos estudos sobre os pronomes e os verbos, de Benveniste, e aos estudos da semântica argumentativa (operadores, articuladores, pressuposição, entre outros), de Oswald Ducrot. Nos estudos da Conversação, encontramos referências também ao trabalho benvenistiano dos pronomes em textos da *Gramática do Português Falado*. Na Pragmática, é exemplar da presença da enunciação o fato de Marcelo Dascal ter incluído o artigo “A natureza dos pronomes”, de Benveniste, no quarto volume de seu *Fundamentos metodológicos da lingüística*, na década de 80, dedicado à Pragmática, ao lado de autores como de Bar-Hillel, Grice, Stalnaker e Hockett.

Durante muito tempo, o que se viu nas salas de aula de linguística, no Brasil, foi apenas o registro da existência da perspectiva enunciativa como se fosse algo que já tivesse perdido o fôlego. Isso impediu que se avaliasse com justeza o potencial descritivo de teorias muito importantes. Não raras vezes, vemos professores, em palestras e mesmo em artigos, traçando uma espécie de história recente dos estudos lingüísticos que supõe uma certa evolução entre eles. Dizem eles: primeiro tem-se os estudos da Linguística do Texto, que trata da imanência do texto; depois temos os estudos da enunciação, que já se propõe a trazer aspectos contextuais, mas ainda é “excessivamente” descritivista; por fim, temos a AD, que aborda os aspectos sócio-históricos.

Ora, esquecem-se os “historiadores” que essa evolução inexistente, que esses estudos são contemporâneos um do outro, que não há evolução entre um e outro. Portanto, trata-se de uma história falseada.

Essa análise que fazemos do contexto de aparecimento dos estudos enunciativos do Brasil não encerra nenhuma crítica desfavorável de nossa parte. É apenas uma

constatação. É evidente que os saberes se instauram em sintonia com as condições sócio-históricas, epistemológicas e disciplinares de cada organização social e cultural. No Brasil isso não seria diferente. O nosso jeito de fazer linguística é diferente dos outros “jeitos”. Apenas queremos registrar que o surgimento do campo da enunciação no Brasil é mediado criticamente por outras disciplinas dos estudos da linguagem. E isso é determinante, por exemplo, para o entendimento não só do uso da palavra *enunciação*, mas também de outras palavras (*enunciado, discurso, locutor, referência* etc.). É determinante até mesmo para a consolidação da pesquisa na área.

Por exemplo, a publicação, no Brasil, de um manual – critério básico para se poder afirmar a “disciplinarização” de uma área – que busque dar alguma sistematicidade ao campo é datada somente de 2005. Quando publicamos *Introdução à linguística da enunciação*, tentamos apenas suprir uma carência de material didático. A repercussão que esse pequeno livro teve atesta a falta que havia de material dessa natureza. Antes desse livro, o único “manual” que havia disponível para os estudantes brasileiros era a tradução do livro de Jean Cervoni, *A enunciação*.

Em resumo, o que queremos dizer, em linhas gerais, é que Linguística da Enunciação não é o mesmo que Linguística do Texto, Análise do Discurso ou Pragmática, apenas para citar essas. Há especificidades na Enunciação que a diferenciam dos demais estudos da linguagem. Talvez o uso indiscriminado dos termos da área seja apenas uma consequência da forma como ela foi instaurada na linguística brasileira.

Bom, agora podemos passar aos pontos “a” e “c”, presentes na pergunta.

Quando propusemos que a Linguística da Enunciação, no singular, era constituída por Teorias da Enunciação, no plural, não tínhamos nenhuma intenção de inventar um jeito “novo” de ver o mesmo. Nossa ideia foi mesmo dizer aos estudantes: “olha, existem pontos em comum entre esses estudos”. Obviamente, não inventamos nem o sintagma “linguística da enunciação”, nem o “teorias da enunciação”. Eles são recorrentes na área. O que fizemos foi utilizá-los para nomear aspectos distintos da mesma questão.

E parece que é assim também que se entende a organização do campo na França, país berço dos estudos enunciativos. Prova disso é que ocorrerá um colóquio, em novembro deste ano, na Université Paris Est-Marne La Vallée, denominado *Colloque international de linguistique énonciative*, cujo tema será “L'énonciation comme spécificité théorique”. No texto de apresentação do colóquio dizem os organizadores: “ce colloque souhaite inviter à une discussion et une confrontation de points de vue sur l'énonciation, c'est-à-dire en tant que façon de poser et traiter des problèmes en linguistique, par opposition à l'appréhension des faits de langue dans les autres grands courants théoriques d'aujourd'hui. Un des objectifs de cet événement serait notamment de consolider la visibilité de la perspective énonciative et de favoriser l'échange entre ses acteurs qui, du fait même de leur dispersion géographique ou de la spécialité de leur domaine de recherche, suivent parfois des cheminements séparés. Ainsi, il paraît crucial de montrer que la recherche énonciative, pour diverses que puissent être ses approches, reste l'objet d'un projet commun et d'une spécificité scientifique qui demande à être entretenue et pérennisée. »

Ora, não é exatamente isso que propõe o *Dicionário de linguística da enunciação*? Ou seja: mostrar que a pesquisa enunciativa, por mais diferentes que possam ser suas abordagens, tem um projeto comum? Cremos que sim. Os organizadores desse colóquio são conhecedores do *Dicionário*; tivemos a oportunidade de explicar-lhes como procedemos para a execução do projeto de elaboração do *Dicionário* e entendemos haver sintonia entre nossas abordagens do campo.

Então, parece que nossa intuição à época da publicação de *Introdução à linguística da enunciação* e sua ratificação no *Dicionário* faz eco. Entendemos que há um campo dos estudos enunciativos (que até podemos chamar de Linguística da Enunciação) e que esse campo é constituído por diferentes perspectivas de estudo da enunciação (que podemos chamar de Teorias da Enunciação). Os pontos em comum são muitos: a referência a Ferdinand de Saussure, a ênfase nos aspectos do sentido, a vocação descritivista dos mecanismos linguísticos, entre outras. E poderíamos acrescentar, ainda, talvez um outro ponto comum, reconhecido inclusive na súmula do Colóquio do qual falávamos acima: a posição central dos estudos de Émile Benveniste. Assim, voltamos à primeira questão.

ReVEL – Mencionando Milner, vocês fazem uma “divisão didática” entre as linguísticas do um e as do não-um, isto é, aquelas que não consideram ou que consideram o sujeito da enunciação, respectivamente. A linguística da enunciação está para do não-um, portanto. Na opinião de vocês, de que maneira a noção de uma linguística da enunciação contribui enquanto “novidade” no debate científico em torno da linguagem?

Teixeira & Flores – A utilização que fazemos dos termos *Um* e *Não-Um* em *Introdução à Linguística da Enunciação* (2005, p. 99-101), é inspirada em Milner, mas está longe de corresponder à complexidade das formulações desse autor. Esses termos são também utilizados por Authier-Revuz (1989, 1992), também em sentido diferente daquele que propomos.

Nosso intuito foi o de, com esses termos, encontrar uma forma didática de evidenciar que a linguística da enunciação se singulariza, entre outros estudos, por tomar a linguagem desde um ponto de vista que leva em conta o sujeito.

Assim, ao contrário da linguística do Um, que, por desconsiderar esse aspecto, volta-se para fenômenos linguísticos apreensíveis no quadro da repetibilidade, a linguística da enunciação, olha para o irrepetível (não-um), pois, na enunciação, a língua é usada em condições de tempo (agora), espaço (aqui) e pessoa (eu-tu) sempre singulares.

Como toda tentativa de divisão do campo da linguística, esta peca pelo reducionismo. Em primeiro lugar porque, sob os rótulos *Um* e *Não-Um*, colocam-se teorias muito diferentes entre si. Além disso, os termos *Um* e *Não-Um* são trazidos, tanto por Milner quanto por Authier-Revuz, da psicanálise lacaniana, ainda que para propósitos diferentes.

Milner os utiliza em *O amor da língua* (1987) para falar da constituição da linguística como ciência, a partir do movimento de Saussure nessa direção. O termo UM diz respeito à concepção de ciência que, segundo o autor, desde Aristóteles, evoca domínios de investigação claramente definidos, a respeito dos quais os cientistas

aperfeiçoam métodos de análise e elaboram conhecimentos que se articulam num todo coerente.

Milner interroga se, em relação à linguística, a ideia de completude é lícita, e o faz a partir da psicanálise, particularmente recorrendo ao conceito lacaniano de *alíngua* (lalangue), visto como um conceito que impõe limites ao de língua.

Segundo ele, o Um que estrutura a língua possibilita a escrita da linguística como ciência ideal, isto é, autoriza a linguística a reivindicar o estatuto de ciência. No entanto, a língua é uma realidade falha, em que o equívoco não cessa de aparecer.

A linguística que podemos chamar do *Um*, na visão de Milner, se vê ameaçada pela psicanálise em sua pretensão de cientificidade, por estar fundada sobre a homogeneização do objeto, pelo desconhecimento dos elementos heterogêneos que o constituem. O “elemento exorbitante” está fora da órbita da escrita formalizada da linguística. Para dar conta do resíduo, deve-se falar da língua desde o lugar em que se vê nela espaço para a inscrição de um sujeito, capaz de desejo e não-simetrizável. Ou seja: só uma linguística afetada pela psicanálise pode assumir que há um impossível próprio à língua, que não se submete ao domínio do homem.

Authier-Revuz utiliza os termos Um e Não-Um em dois contextos. Na descrição das formas de modalização autonímica, o Um é a representação imaginária de uma homogeneidade do dizer do falante na enunciação, enquanto o Não-Um designa a heterogeneidade constitutiva, irreduzível, que afeta o dizer. O estudo da modalização autonímica proposto pela autora mostra que a enunciação é lugar de tensão entre o Um do dizer (o repetível) e o Não-Um do irrepresentável.

A segunda utilização desses termos ocorre quando Authier-Revuz afirma a necessidade de convocar heterogeneidades teóricas para descrever o campo da enunciação. Nesse contexto, ela argumenta que passar da língua, concebida como “ordem própria”, sistema finito de unidades e de regras de combinação, à consideração da fala, do discurso, é abandonar um domínio homogêneo, fechado, onde a descrição é da ordem do repetível, do Um, por um campo marcado pelo Não-Um (1989, p. 166). Isso porque essa passagem implica o sujeito, definido no quadro

teórico da autora, de acordo com a psicanálise, como sujeito do inconsciente, o que coloca o estudo da enunciação, na perspectiva da autora, como inscrito na ordem do não-inventariável, portanto, do Não-Um.

Se fizemos esse preâmbulo foi para tentar localizar a dificuldade de manutenção da divisão proposta em 2005.

O ato de transposição didática, na tentativa de transformar em objeto de ensino conteúdos de caráter complexo, via de regra, opera simplificações que, não raras vezes, esvaziam os conceitos de sua essencialidade. É de perguntar se, descoladas do quadro da psicanálise onde foram concebidas, as noções de Um e Não-Um não perderiam sua razão de ser.

Por outro lado, tentar fazer retornar essas noções a seu campo de origem, e inscrever a linguística da enunciação no campo do Não-Um, talvez dê margem a que se entenda que a convocação da psicanálise – tão bem conduzida na proposta de Authier-Revuz – é parte do projeto comum dos estudos enunciativos, o que não corresponde à realidade. Diríamos que esse é o aspecto que singulariza essa autora entre os demais teóricos da enunciação.

Embora problematizando a partição da linguística em Um e Não-Um, feita em 2005, mantemos a idéia de que os estudos enunciativos permitem apreender os fatos de língua de modo crucialmente diferente em relação a outras correntes teóricas voltadas para a língua em uso. O que propriamente marca a especificidade dos estudos enunciativos?

A apresentação do colóquio da Université Paris Est-Marne La Vallée (*Colloque international de linguistique énonciative*), já mencionado em questão anterior, que vai tratar exatamente da especificidade teórica da enunciação, reconhece dois grandes nomes cujas teorias são “molas propulsoras” do que se faz hoje no campo da linguística: Chomsky, nos Estados Unidos, que recoloca a dimensão mentalista, fortemente afastada de cena pelos estudos bloomfieldianos; e Benveniste, na França, que reabilita o interesse pela discursivização, no próprio quadro da herança saussuriana. Enquanto Chomsky se inscreve, de algum modo, numa tradição

formalista, colocando a ênfase no estudo da *competência*, Benveniste opera uma ruptura, ao atribuir a fatores da *performance* uma importância que não lhes era reconhecida.

À diferença de Chomsky, Benveniste não associa seu empreendimento a nenhum princípio de formalização. Talvez se possa dizer que as teorias enunciativas – grande parte delas tributárias de Benveniste – sustentam-se sobre a base de uma reflexão geral, mais do que sobre um modelo de análise voltado para a regularização.

A repetição, seja de aspectos universais, funcionais, contextuais ou conversacionais/interacionais, não chama a atenção da linguística da enunciação.

Agora, é inegável que há variações consideráveis que resultam do fundo comum herdado do pensamento de Benveniste, e que dão lugar a abordagens diversificadas. A *Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas* de Antoine Culioli, por exemplo, vê a *enunciação* como o modo de constituição do sentido no enunciado, cujas formas remetem à produção de valores referenciais. Os mecanismos enunciativos devem ser analisados no arranjo de formas expressas no *enunciado* e este objeto de análise é que possibilita reconstituir a enunciação. Tais mecanismos constituem um *sistema de representações* formalizáveis como um encadeamento de operações. Em outras palavras, facilmente podemos ver que Culioli radicaliza a ideia de formalização do objeto, mas sem abrir mão, em nossa opinião, do que estamos chamando de a relação entre o repetível e o irrepitível.

Se a linguística da enunciação, por focalizar a relação singular do sujeito com a língua, não está preocupada com a formalização, isso não significa que ela negligencie a forma. A consideração de que a organização do sistema é da ordem do repetível, não está só em Benveniste, mas em Ducrot e Authier-Revuz.

O diferencial da linguística da enunciação é prever nessa ordem da língua o lugar da irrepitibilidade. Nesse sentido, acreditamos que há uma contribuição significativa ao campo de estudo do significado.

Desde que se começou a questionar que o objeto da linguística não é assim tão uno e homogêneo, uma série de propostas inter/multidisciplinares foram elaboradas,

movidas por um fascínio pela diversidade concreta da linguagem. Essas tentativas de alargamento de domínio, destinadas a preencher o vazio deixado pelas abordagens ditas “científicas” dos fenômenos da linguagem, não se dão sem o risco de promover a pulverização do próprio campo da linguística e, assim, comprometer avanços obtidos a partir da teorização de Saussure.

Nesse sentido, a linguística da enunciação se coloca como uma alternativa de estudar a língua do ponto de vista do sentido, sem abandonar a crença na língua como ordem própria que precisa ser atualizada pelo sujeito a cada instância de uso.

ReVEL – Em suas obras, são apontadas várias “intersecções” com a linguística da enunciação, como a psicanálise, a ergologia, a literatura, entre outras. Nessas intersecções, quais são as contribuições da linguística da enunciação que mais têm surpreendido a comunidade científica com que se está fazendo essas interfaces?

Teixeira & Flores – Hoje o campo das chamadas ciências humanas questiona um conjunto de premissas e noções que orientaram, por longo tempo, a atividade científica, dando lugar a reflexões sobre a ação social e a subjetividade, intimamente ligadas ao conceito de discurso. É natural, então, que a linguística da enunciação, por considerar o processo de instituição subjetiva na linguagem, seja vista como uma área dotada de uma espécie de “vocação” ao diálogo com outras disciplinas.

Não estamos sozinhos nesse posicionamento.

Em relação a Benveniste, particularmente, há um reconhecimento de que seus trabalhos no domínio da linguística geral modificaram fundamentalmente a paisagem das ciências humanas. Visando uma teoria de conjunto da linguagem, ele acabou se envolvendo com questões que, a princípio, estariam fora da cogitação de linguistas, questões essas relacionadas a arte, filosofia, sociologia, psicanálise, literatura. Suas proposições dizem respeito às relações entre a linguagem, a sociedade e a subjetividade e se revelam de uma espantosa lucidez, embora só recentemente comecem a ser consideradas em toda sua relevância.

Gérard Dessons, professor de língua e literatura francesa, considera que Benveniste “faz pensar” com as palavras da linguagem ordinária; ele escreve um livro¹ para mostrar que, por introduzir a noção de enunciação na linguística de seu tempo, Benveniste desempenhou um papel fundamental na “invenção” desse grande conceito do campo da linguagem, o *discurso*. O postulado benvenistiano “a enunciação instala o universo do discurso” tem grande força heurística, abrindo a via à tomada em consideração da “atividade de linguagem” no conjunto das ciências humanas e sociais. A obra de Dessons é dedicada ao estudo dos modos pelos quais essa “invenção do discurso” se opera no trabalho de Benveniste.

Ainda no universo da França, o filósofo Dany-Robert Dufour, em “Os mistérios da trindade”², utiliza a teoria dos pronomes de Benveniste para lançar uma nova luz sobre a história da cultura, a partir da reintrodução da forma trinitária no debate das regiões constitutivas do saber (Escritura, teologia, antropologia, linguística, psicanálise, literatura, música, filosofia, medicina...). Na leitura de Dufour, Benveniste foi um dos raros a empreender uma descrição sistemática desse singular dispositivo intralinguístico pelo qual a língua é posta em ato: *eu* diz a *tu* histórias que obtém d’*ele*. Dufour destaca a posição ímpar de Benveniste entre as exigências filosófica e linguística, num texto que “não cede às banalidades filosóficas, como também não se perde nas derivas linguísticas hipertecnicistas, tão cômodas para recalcar o lado ao mesmo tempo trivial e pungente da tomada dos corpos na língua”³.

Opinião semelhante tem Claudine Normand⁴, para quem a teoria de Benveniste associa a reflexão epistemológica ao detalhe das análises empíricas; e à medida que se toma contato com esse autor, torna-se cada vez mais claro que, além do linguista, profundamente identificado com o *saussurianismo*, ocupado com descrições minuciosas de natureza morfossintática, pode-se encontrar um pensador cujos textos contêm reflexões epistemológicas de grande amplitude para quem quer que se interesse pela relação entre linguagem e subjetividade.

¹ DESSONS, G. *Émile Benveniste, l’invention du discours*. Paris: Éditions In Press, 2006.

² DUFOUR, D-R. *Os mistérios da trindade*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.

³ DUFOUR, 2000, p. 70.

⁴ NORMAND C. Os termos da enunciação em Benveniste. In: OLIVEIRA, S.L.; PARLATO, E.M.; RABELLO, S. (orgs.) *O Falar da Linguagem*. São Paulo: Lovise, 1996. p 127-152.

Como prova do caráter multiforme do pensamento de Benveniste, podemos destacar ainda o fato de ele ter sido chamado a falar para públicos diferentes, o que lhe rendeu a publicação de artigos em revistas dos campos da psicologia, antropologia, psicanálise, sociologia, filosofia, linguística.

O potencial teórico-metodológico da teoria de Benveniste, que ele próprio não teve a oportunidade de avaliar, está longe de ser esgotado. Apenas a título de ilustração, sem preocupação com a exaustividade, fazemos, a seguir, uma breve referência a algumas tentativas de intersecções, sob o viés benvenistiano, que estão sendo realizadas entre nós.

Começamos pela referência a um conjunto de pesquisas desenvolvidas na UFRGS, por alunos de mestrado e doutorado, das áreas de linguística, fonouaudiologia e psicanálise, destinadas a investigar a fala com desvios em contextos clínicos. Essa perspectiva de estudos parte de um *a priori* geral, qual seja: se a linguística da enunciação, em especial a vertente benvenistianiana, supõe que a organização do sistema linguístico se realiza de forma singular na e pela enunciação – única e irrepetível – então essa concepção de língua parece ser relevante para abordar aquilo que “não vai bem” na fala, uma vez que os distúrbios de linguagem têm particularidades muito específicas e muito próprias a cada locutor. Em outras palavras, uma vez admitido que a fala desviante tem aspectos singulares, a noção de língua implicada em um estudo que os contemple deve considerar suas singularidades.

A contribuição que essa visada teórica traz ao campo da clínica é permitir a passagem de uma perspectiva que contempla o distúrbio da linguagem “em si” para uma perspectiva que o contempla relativamente ao locutor. Assim, embora se utilizem classificações gerais como “a” gagueira, “a” afasia, “o” desvio fonológico, uma visão enunciativa da linguagem estabelece que há marcas próprias em cada fala, que a particularizam.

Ainda no âmbito da UFRGS, há que se destacar a contribuição aos estudos em aquisição da linguagem trazida pelo trabalho inovador de Carmem Luci da Costa Silva, publicado pela Editora Pontes em 2009, sob o título *A criança na linguagem:*

enunciação e aquisição, que enfrenta o desafio de trazer um olhar enunciativo para a fala da criança. A autora constrói, com base em Benveniste, “um aparato enunciativo para contemplar a relação da criança com a linguagem como ato singular de sua instauração na língua-discurso”⁵, o que representa uma maneira diferenciada de analisar os dados de fala da criança. O diálogo entre as áreas da aquisição e da enunciação permite constituir um novo saber para os dois campos, uma vez que não se trata simplesmente de uma aplicação da teoria de Benveniste aos dados da criança, mas da formulação de princípios para uma teoria enunciativa em aquisição da linguagem que fundamentem a análise da fala da criança.

Na UNISINOS, o *Grupo de Estudos Enunciação em Perspectiva* (GEEP) tem por meta desenvolver, com base na linguística da enunciação, modos de análise da linguagem no campo aplicado. Particularmente, vem desenvolvendo pesquisas que colocam a teoria enunciativa de Benveniste em contato com a perspectiva ergológica de estudo da atividade de trabalho proposta pelo filósofo francês Yves Schwartz. O ponto em que os dois autores convergem diz respeito ao entendimento de que, embora as ações humanas sejam pautadas pela repetibilidade, o sujeito, ao agir, mobiliza escolhas particulares, promovendo uma tensão/negociação entre o que está instituído e o que é da ordem do irrepetível. As produções do GEEP têm ilustrado que o estudo da enunciação pelo paradigma benvenistiano constitui uma via possível de acesso à singularidade que, segundo Schwartz, é inerente à atividade de trabalho.

No que diz respeito à teoria de Oswald Ducrot, o Centro de Estudos do Discurso da PUC/RS tem realizado estudos que priorizam a análise do sentido na linguagem em uso – sem, contudo, desvincular o sentido da forma – a partir do pressuposto de que a linguagem é essencialmente argumentativa. Ao tomarem o enunciado no conjunto do texto, esses estudos têm trazido discussões produtivas, principalmente para a construção de metodologias de aplicação de conceitos da Teoria da Argumentação na Língua no âmbito do discurso.

Reiteramos que os destaques aqui feitos nem de longe dão conta das possibilidades de intersecções da linguística da enunciação com outras áreas, mas apenas objetivam

⁵ SILVA, 2009, p. 286.

ilustrar a natureza da contribuição que esses estudos podem oferecer. Evidentemente, pecamos pela omissão e pela parcialidade.

Antes de encerrar essas observações, é necessário referir a controvertida relação das teorias da enunciação com a psicanálise.

Deve-se a Authier-Revuz a abertura de uma possibilidade fecunda de intervenção de um campo de saber em outro, exemplar para que se entenda o modo de interlocução da linguística da enunciação com outras áreas, que não busque promover a completude do campo nem a perda da identidade do objeto teórico próprio à linguística.

Na proposta da autora, o olhar da psicanálise incide sobre a economia enunciativa dos modos pelos quais a língua realiza a configuração complexa do dizer de um elemento que comporta o desdobramento de sua auto-representação (a modalização autonímica). É importante destacar que o recurso à psicanálise aí feito implica o reconhecimento da intervenção do inconsciente na constituição do sentido, mas não autoriza qualquer tentativa de “acessá-lo”. Se o psicanalista realiza cortes no discurso em análise para promover a emergência de um sujeito desejante, é porque na psicanálise a tarefa interpretativa se dá em uma cena enunciativa particular: a da transferência. Isso não está facultado ao linguista.

Desse modo, não se trata, para o linguista que toma a psicanálise como exterioridade teórica, de entender as marcas como tendo a propriedade de atribuir ao outro um lugar linguisticamente descritível, claramente delimitado no discurso, mas como formas linguísticas, através das quais o enunciador *representa* a heterogeneidade que o constitui. Essa representação não pode ser tomada como uma evidência, como se, via linguagem, a *falta* pudesse ser mostrada. O estatuto do representado só pode ser compreendido na articulação necessária com o que, na enunciação, escapa radicalmente ao enunciador. Nessa perspectiva, a marca é sempre uma dobra sobre o mesmo: ela aponta para o caráter heterogêneo do processo enunciativo e, simultaneamente, procura preservar o fantasma da homogeneidade desse processo.

O leitor poderia perguntar: se o saber da psicanálise não incide sobre o conteúdo, em que lugar ele produz seu efeito? O que significa trabalhar no campo da linguística a partir da hipótese do inconsciente?

O linguista afetado pelo saber da psicanálise torna-se sensível à escuta dos “restos” de sentido oriundos de determinada forma linguística, empregada de um jeito estranho ou inesperado. Ele necessariamente se depara com o incontornável do não sistemático, uma vez que a linguagem, a partir da consideração do inconsciente, não pode mais ser dita como referindo o mundo. Entre as palavras e as coisas, existe uma intermediação importante: um sujeito “capaz de desejo e não-simetrizável”, para usar uma expressão de Milner. Sua escuta é já um momento de análise.

Finalmente, gostaríamos de chamar a atenção para uma recomendação importante feita por Authier-Revuz (1995) a respeito dos diálogos interdisciplinares. Trata-se do alerta feito por ela para o fato de que o movimento de abertura do objeto *língua* para *outra coisa* além do estrito sistema da língua, corre o risco de promover o apagamento da especificidade desse objeto como *ordem própria*, em proveito de aspectos psicológicos, sociológicos ou biológicos.

Atentos a essa recomendação, consideramos que o linguista não tem que adicionar uma outra dimensão ao que se estabeleceu como seu saber, isto é, que ele não precisa agregar conhecimentos, seja sobre a clínica, seja sobre o social, aos que tem sobre fonologia, sintaxe e semântica. Isso não significa que deva manter-se fiel à tradição imanentista, que o levou, por tanto tempo, a preservar seus achados no próprio território, sem conseguir colocá-los em circulação.

Nesse sentido, temos defendido que diferentes campos teóricos, ao se encontrarem, não estariam “explicando” uns aos outros, mas produzindo questões e compartilhando entre si suas próprias interrogações. Trata-se de pensar na afetação de um discurso por outro, configurando o avanço teórico de um campo em função de sua exposição ao saber do outro.

ReVEL – Vocês poderiam, por gentileza, sugerir livros e textos sobre Linguística da Enunciação para que nossos leitores pudessem se iniciar ou se aprofundar no assunto?

Teixeira & Flores – A bibliografia da área é bem ampla e exige do leitor certa proficiência em língua francesa. É bem verdade que há muita coisa já traduzida, mas ainda há textos interessantes que devem ser lidos e que se encontram em francês. Além do que já foi citado ao longo da entrevista, fizemos abaixo uma pequena lista de sugestões de livros que estão em Português, como forma de introduzir o leitor, ao menos em linhas gerais, aos estudos da enunciação.

Boa parte da obra de Bakhtin, Benveniste, alguma coisa de Jakobson, o *Ensaio de Semântica* de Bréal, a obra de Greimas, parte dos trabalhos de Charaudeau, Ducrot, Authier-Revuz, entre outros, estão traduzidos no Brasil e o leitor facilmente os encontrará em sites, bibliotecas e livrarias.

Há poucas publicações sobre a Teoria das Operações Enunciativas de Antoine Culioli. Sabemos que sairá, em breve, um livro, organizado pelas professoras Márcia Romero e Milenne Biasotto-Holmo, que reúne textos de Jean-Jacques Franckel, Sarah De Vogüé e Denis Paillard e que estudam a Teoria de Culioli.

Ainda sobre Culioli e também sobre Ducrot e Benveniste, há o volume 44 de 2009 da Revista *Letras de Hoje* (disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fale/issue/view/383>) integralmente dedicado aos estudos enunciativos. Há outros números da *Letras de Hoje* que vale a pena consultar: o volume 39, de 2004, dedicado a Benveniste e o volume 43, de 2008.

Vale a pena o leitor consultar também o terceiro capítulo da dissertação de mestrado de Lia Emília Cremonese (disponível em <http://www.ufrgs.br/ppgletras/defesas/2007/LiaEmiliaCremonese.pdf>). Nesse capítulo, ela faz um detalhado estudo das publicações brasileiras, em periódicos, do campo enunciativo.

Há o livro recente de Claudine Normand, *Convite à linguística*, publicado em 2009 pela Editora Contexto; além de *Astúcias da Enunciação* de José Luis Fiorin, publicado pela Ática; não podemos deixar de indicar o *Dicionário de linguística da enunciação*, uma vez que ele apresenta uma certa sistematização da área.

Recentemente, foi publicado pela Universidade do Estado do Amazonas um livro muito interessante, de Juciane Cavalheiro, *Literatura e enunciação*, que propõe uma maneira de transitar entre – de *dialogar com* – linguística e literatura, a partir de um ponto de contato, a enunciação.